ISSN: 2358-8829

MULHERES NEGRAS, MATERNIDADE E MILITÂNCIA SOCIAL NO MST: ESCREVIVÊNCIAS E FORMÇÃO POLÍTICA NO CAMPO.

Regina Cirilo[1]
Márcia Cristina Barragan Moraes Toledo[2]

INTRODUÇÃO

O caráter participante da pesquisa dialoga com Brandão (1981), ao reconhecer o envolvimento da pesquisadora como parte constitutiva do processo investigativo. A escrevivência, enquanto metodologia, possibilita que a experiência vivida se torne fonte legítima de reflexão crítica, articulando memória, território, identidade e formação política.

A escrevivência, conforme formulada por Conceição Evaristo, constitui-se como uma prática de escrita ancorada na experiência vivida e na memória coletiva, na qual o corpo, território e a história se entrelaçam como fontes legítimas de produção de conhecimento.

Para a autora, “a nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa-grande’, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (Evaristo, 2007, p. 21), reafirmando seu caráter político, crítico e insurgente.

Nesse sentido, o uso da primeira pessoa não se configura como elemento de subjetivismo, mas como posicionamento político e epistemológico, reconhecendo o lugar de fala da mulher negra, mãe e camponesa como produtora de conhecimento.

O campo empírico da pesquisa corresponde às vivências da autora no MST, especialmente no contexto dos assentamentos e espaços de formação política no estado da Paraíba, bem como nos processos formativos vinculados ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

1 Graduada do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IF, reginacirilo20@gmail.com;
2 Doutora em Educação, professora convidada pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN para o PRONERA, marciamoraestoledo08@gmail.com;

O recorte temporal abrange a trajetória de militância e formação construída desde a infância no assentamento até a participação em cursos de formação política e acadêmica. Os procedimentos de análise consistiram na organização das narrativas a partir de eixos temáticos, tais como: maternidade e militância, formação política, participação das mulheres nos espaços de decisão e educação do campo.

Esses eixos dialogam com os referenciais teóricos da Educação Popular, da Pedagogia do MST e da Pedagogia da Alternância, permitindo a articulação entre experiência vivida e reflexão crítica.

METODOLOGIA

A realidade das mulheres camponesas no Brasil, especialmente das mulheres negras, é marcada por múltiplas camadas de opressão interligadas — de classe, gênero, raça e território. As mulheres camponesas, especialmente as mulheres negras, enfrentam desafios significativos no acesso à terra, à educação, à saúde e à participação política.

Essas opressões não são apenas estatísticas, elas atravessam nossas histórias, nossos corpos, nossos territórios. A minha própria trajetória é a expressão disso. Mulher preta, mãe de duas crianças — uma típica e outra atípica — militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado da Paraíba, compartilho aqui fragmentos da minha vida como parte dessa história coletiva de luta e resistência.

Nascida na periferia de João Pessoa, filha de assentada camponesa, reencontrei minhas raízes aos oito anos, quando fui morar no assentamento Padre Luciano Dias de Moraes, em Catingueira (PB), no Alto Sertão paraibano.

Foi ali que a vida no campo passou a construir meu modo de ser, pensar e agir. A terra, o trabalho coletivo, a ancestralidade e as relações comunitárias me ensinaram que resistir é verbo cotidiano. Evaristo (2007, p.21), afirma que “a escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos”.

Ao passar a viver no campo, me encontrei comigo mesma passando a entende que a minha história não começa em 1995 com o meu nascimento, mas, começa desde a história do meu povo, meus ancestrais que desde sua existência sempre lutaram e resistiram para que eu como muitos outros que vieram antes e depois de mim viessem a existir.

Estudos apontam que as mulheres negras estão sub-representadas nos assentamentos da Reforma Agrária, enfrentando barreiras provocadas pelo racismo estrutural e pelo sexismo.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as mulheres negras vivem maiores índices de pobreza, menor acesso à educação e estão mais expostas à violência, tanto no campo quanto na cidade (Marcondes, 2013).

Mas ao mesmo tempo em que sofremos os efeitos dessas opressões, somos também protagonistas na construção de alternativas, a luta pela terra no Brasil está intrinsecamente ligada à luta antirracista. Segundo Gonzalez (1984), o racismo e o sexismo estão profundamente enraizados na cultura brasileira, destacando a relação histórica entre a escravidão, a exploração da população negra e a perpetuação de desigualdades sociais e econômicas.

A divisão racial e espacial do território brasileiro, mencionada no texto, evidencia como o racismo estrutural impacta diretamente na distribuição desigual de terras e recursos, relegando a população negra a condições precárias, como favelas e áreas marginalizadas.

Nessa perspectiva, a sistemática repressão policial e a exclusão social têm como objetivo perpetuar a divisão interna do grupo dominado, dificultando a organização e a luta por direitos, incluindo o acesso à terra. Portanto, a luta pela terra no Brasil, ao buscar corrigir desigualdades históricas, está diretamente conectada à luta contra o racismo, visto que a exclusão da população negra do acesso à terra é uma das formas de perpetuação da discriminação racial no país.

As mulheres negras camponesas, ao reivindicarem seus direitos territoriais, desafiam as estruturas racistas e patriarcais que historicamente nos marginalizaram. Como nos lembra Davis (2016, p. 13): "Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela".

Em 2014, foram abertas as inscrições para um curso de residência jovem, promovido pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), voltado a jovens filhos e filhas de assentados.

A formação, realizada no Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Teixeira, em Lagoa Seca (PB), constituiu-se como marco significativo em minha trajetória pessoal e política. Nesse mesmo espaço de formação, conheci o Pai dos meus filhos, companheiro de militância — um encontro que reafirma a potência dos processos

formativos como territórios de afeto, consciência e construção coletiva.

A experiência contribuiu para o aprofundamento do meu vínculo com o MST, para a compreensão do papel político da juventude no campo e para o fortalecimento da minha consciência de classe e do sentimento de pertencimento.

> Uma educação melhor leva a maior prosperidade, à melhoria da agricultura, a melhores resultados de saúde, a menos violência, a mais igualdade entre os sexos, a capitais sociais mais elevados e a um ambiente natural melhorado. A educação é a chave para ajudar as pessoas em todo o mundo a compreender por que o desenvolvimento, sustentável é um conceito tão vital para nosso futuro comum. (FERNANDES,2017, p.11).

Foi nesse processo que entendi, com mais clareza, que a mulher-mãe é uma figura central na construção de um Movimento forte, coletivo e transformador. A experiência militante evidencia que a luta no MST não se restringe à terra, mas envolve também a educação, a formação política e a transformação social, através da educação de qualidade nas áreas de assentamentos, pela criação de escolas e pela formação integral do nosso povo.

Segundo MANÇANO, temos que "compreender o vínculo entre educação e território, por que um não existe sem o outro. Toda educação produz um território e por ele é produzido". A educação é um dos instrumentos mais poderosos para a redução da pobreza e da desigualdade no mundo.

O PRONERA foi criado oficialmente em 1998 através de um processo de articulação dos movimentos sociais do campo. Com o propósito de inserir na agenda pública o direito constitucional que os camponeses tenham o acesso a uma educação de qualidade. E, em todas essas lutas, as mulheres estão presentes — cuidando, resistindo, produzindo e se posicionando politicamente.

No entanto, ser mulher, preta, mãe e militante no campo exige uma reinvenção cotidiana. Os desafios ultrapassam o trabalho na roça ou nas frentes de massa. Envolvem o enfrentamento de estigmas que ainda nos deslegitimam como sujeitas políticas. A maternidade, por exemplo, é frequentemente tratada como um obstáculo à militância. Em alguns espaços do próprio movimento, persiste a ideia de que a mulher-mãe não pode conciliar o cuidado com a participação ativa na luta.

O caderno de formação do Setor de Gênero "A conspiração dos gêneros: elementos para o trabalho de base" (MST, 2017) aborda as vivências e desafios

enfrentados pelas mulheres enquanto mães e militantes do MST. O documento destaca como a maternidade, muitas vezes, é percebida como um obstáculo à militância, mas também como uma oportunidade de transformação e resistência.

A partir dos anos 2000, com a criação do Setor Nacional de Gênero e maior articulação com movimentos feministas e sociais, as mulheres do MST passaram a adotar a identidade de "mulheres camponesas" e a incorporar pautas como agroecologia, biodiversidade e luta contra o agronegócio.

A mulher, ao assumir o papel de mãe, enfrenta cobranças e julgamentos que podem limitar sua participação ativa na luta política. O texto "Mamãe" exemplifica isso, mostrando como a maternidade é frequentemente desvalorizada e como as mães são pressionadas a manter o mesmo ritmo de militância, mesmo diante das demandas intensas de cuidar dos filhos.

Além disso, o texto "Queria" expõe o desejo de liberdade e autonomia das mulheres, que muitas vezes se veem aprisionadas em papéis impostos pela sociedade patriarcal. Ele reflete sobre a luta por igualdade de gênero e a necessidade de superar as barreiras que limitam a participação plena das mulheres na vida pública e na militância.

Essa percepção é profundamente injusta. Na experiência vivida, a maternidade — especialmente no contexto de cuidado de uma criança atípica — impôs novas exigências, mas também de novas potências. Cuidar, amar, educar com sensibilidade e consciência crítica é também um ato político. Conforme postulado em uma das cartilhas do Setor de Gênero do MST:

> O contrário. Ser mãe nos obriga a ser comunistas, porque precisamos ter esperança no futuro. [...] Criar filhos e filhas com amor, para que sejam autônomos, criativos, confiantes, curiosos, independentes, não é tarefa menor (Cartilha "Mamãe", p. 40, 2017).

A militância, para mim, nunca foi algo distante da vida. Ela é a própria vida. Está no modo como crio meus filhos, no modo como estudo, como trabalho, como resisto. E é nessa vivência que reconheço a potência transformadora das mulheres negras, mães e camponesas.

Somos sementes e também colheita. Somos, cuidado e também rebeldia.

Somos memória e também futuro.

A luta das mulheres negras no campo não é apenas por sobrevivência. É pela construção de uma sociedade mais justa, antirracista, antipatriarcal e voltada à emancipação dos povos do campo. Essa transformação só será possível com a presença ativa, visível e protagonista das mulheres em todos os espaços de decisão, afeto e ação.

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DA MULHER-MÃE NAS AÇÕES DO MST.

Em 2019, após um processo seletivo, fui aprovada para o curso de licenciatura em Geografia pelo PRONERA, em parceria com o IFRN. O curso é realizado no Centro de Formação Patativa do Assaré, também no Rio Grande do Norte, e carrega consigo a nossa bandeira, a nossa vivência e a nossa resistência.

Mesmo com as dificuldades causadas pela pandemia, seguimos firmes, enfrentando os desafios e lutando por uma educação transformadora. Como mãe, enfrentei muitas resistências, porque a sociedade muitas vezes não apoia as mulheres do campo que querem estudar.

Mas o MST tem um cuidado especial com as mães, criando as cirandas infantis, onde nossas crianças são cuidadas e também educadas enquanto nós, mães, nos, formamos. Essas cirandas são ações políticas concretas que reconhecem a importância da participação da mulher-mãe, Elas garantem que possamos ocupar espaços de formação, de liderança e de fala.

Graças ao movimento, muitas mulheres hoje são médicas, advogadas, educadoras, e estão ocupando seus espaços nos parlamentos, provando que o papel da mulher-mãe na luta não é de retaguarda, mas de protagonismo.

Maternidade e militância:

O texto evidencia que a maternidade, longe de ser um obstáculo, é ressignificada na militância. As mulheres enfrentam desafios como a falta de apoio, a sobrecarga de trabalho doméstico e a necessidade de conciliar o cuidado com os filhos e a participação ativa na militância.

O MST reconhece a importância de criar condições para que as mães possam

participar plenamente, como a implementação da Ciranda Infantil, um espaço politizado e amoroso para as crianças, permitindo que as mães se engajem nas atividades do movimento.

Vida comunitária:

A vida comunitária no MST é marcada pela solidariedade e pelo apoio mútuo. As mulheres desempenham um papel central na organização e na manutenção da comunidade, seja na produção de alimentos, na educação das crianças ou na luta contra o patriarcado e o capital.

A maternidade é vista como uma responsabilidade coletiva, com a comunidade se mobilizando para apoiar as mães e garantir o bem-estar das crianças.

As Cirandas Infantis do MST constituem-se em um espaço educativo e autônomo destinados as crianças do movimento "os sem terrinhas" que vivenciam o cotidiano dos acampamentos e assentamentos. Tem sua proposta pedagógica com uma prática de Educação Infantil Popular, fundamentada na educação vinculada a luta pela terra e ao interesse da classe trabalhadora.

> Ao participar da luta pela terra junto com seus pais, as crianças do MST passam a ser sujeitos construtores de um processo transformador, a ter ideais, projetos de futuro, perspectivas de vida, tendo como referência a coletividade. A criança Sem Terra, no MST, passou a ser considerada um ser social que integra a totalidade de um projeto em construção. (Idem, p. 39)

Segundo ACCARDO, 2016 no âmbito da Educação Infantil Popular, a Ciranda Infantil, constitui um espaço pedagógico no qual as crianças são reconhecidas como sujeitos históricos e protagonistas de suas experiências, capazes de produzir conhecimentos e culturas infantis em interações com o coletivo e com os educadores.

O MST ao criar as cirandas infantis, garante que mulheres-mãe tenham a chance de se formar. Essa formação não é só política, mas acadêmica também, pois nos permite olhar para nós mesmos como parte de uma história maior, que atravessa o tempo e que resiste em cada gesto, em cada formação a cada marcha em que seguimos e em cada bandeira erguida, seguimos em luta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este artigo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e analítica, desenvolvida a partir do método do relato de experiência. À metodologia adotada fundamenta-se na pesquisa qualitativa (MINAYO, 2014), utilizando o relato de experiência como estratégia de produção de conhecimento, articulado à perspectiva da escrevivência (EVARISTO, 2007), compreendida como prática política e epistemológica situada como uma forma de sistematização das vivências individuais e coletivas construídas no interior da luta pela terra e da militância social no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Nesse sentido, o uso da primeira pessoa não se configura como elemento de subjetivismo, mas como posicionamento político e epistemológico, reconhecendo o lugar de fala da mulher negra, mãe e camponesa como produtora de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao evocar mulheres negras que protagonizaram lutas históricas no Brasil, compreendemos que nossas trajetórias individuais fazem parte de um processo coletivo, ancestral e contínuo de resistência. A memória da luta negra e camponesa não pode ser dissociada das práticas contemporâneas da organização política, especialmente no campo da Reforma Agrária.

Este trabalho buscou analisar a atuação da mulher-mãe, negra, militante como sujeito central nos processos de resistência, organização coletiva e transformação social no campo.

A partir do relato de experiência, fundamentada na perspectiva da escrevivência sem-terra, foi possível evidenciar que a vivencia da mulher negra, mãe e camponesa não se limita a esfera privada só do cuidado, mas constitui-se como prática política, pedagógica e emancipatória.

Ao longo da trajetória apresentada, demonstra-se que a maternidade, historicamente é utilizada como instrumento de controle e silenciamento das mulheres, é transformada no interior do MST como importância organizativa e força revolucionária.

Ser mãe, no contexto da luta pela terra, não representa obstáculo a militância, mas amplia sua dimensão ética e coletiva, pois projeta no presente o compromisso com o futuro. A maternidade torna-se, assim, ato político, exercício de formação e expressão concreta de esperança ativa.

O estudo evidencia que os processos de formação política promovidos pela Reforma Agraria através do (PRONERA) e das Cirandas Infantis desempenham papel fundamental na construção da identidade militante das mulheres-mães. Esses espaços não apenas garante o acesso a escolarização formal, mas fortalece a consciência de classe, o pertencimento ao território e a compreensão crítica da realidade.

As Cirandas, em especial, afirmam-se como territórios pedagógicos que articulam cuidado, educação e formação política, permitindo que as mulheres ocupem os espaços de decisões e lideranças sem abrir mão da maternidade.

A escrevivência, enquanto método e posicionamento epistemológico, revela-se um importante instrumento de produção de conhecimento situado. Ao assumir a primeira pessoa como lugar político de enunciação, este trabalho reafirma que a experiência da mulher-mãe, negra, camponesa não é objeto de estudo, mas fonte legítima de teoria, análise e transformação.

A memória individual, ao ser narrada, insere-se na memória coletiva da luta pela terra e contribui para o debate sobre interseccionalidade, racismo estrutural, patriarcado e emancipação dos povos do campo.

Conclui-se que a presença ativa das mulheres negras, mães e camponesas é pela terra, quando atravessada pela luta antirracista e antipatriarcal, amplia seu horizonte e fortalece seu caráter emancipatório. As mulheres-mães no MST são sementes de resistência e também colheita de transformação: produzem alimento, produzem conhecimento e geram vidas.

Por fim, reafirma-se que a militância não se dissocia da vida ela é a própria vida, são dimensões inseparáveis de um mesmo projeto histórico. Que esse trabalho possa contribuir para o conhecimento da centralidade das mulheres negras, mães, camponesas na luta para a construção de uma nova sociedade brasileira e para o fortalecimento de práticas educativas e políticas comprometidas com a justiça social, igualdade de gênero e emancipação coletiva.

Este artigo, reafirma que as mulheres negras, mães e camponesas educam,

produzem, organizam e constroem futuros. Não queremos flores. Queremos dignidade, igualdade, respeito e a liberdade de ocupar todos os espaços que nos pertencem por direito.

Palavras-chave: Mulheres negras; Maternidade; MST; Educação do campo; Formação política.

REFERÊNCIAS

ACCARDO, Fábio de Freitas. **Educação infantil popular: possibilidades a partir da ciranda infantil do MST**. 2015. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita**. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 16–21.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivência: a escrita de nós**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano; TARLAU, Rebecca. **Razões para mudar o mundo: PRONERA**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 140, p. 11–18, jul./set. 2017. DOI: doi.org.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: SILVA, Luiz Antônio Machado et al. (Org.). *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1984. p. 223–244.

MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana Simões; QUEIROZ, Cristina (Org.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3039.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **A conspiração dos gêneros: elementos para o trabalho de base**. São Paulo: Setor de Gênero do MST, 2017. (Caderno de Formação).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Maternidade e militância**. São Paulo: MST, 2014. (Caderno de Formação n. 6).